



Gestão e Valorização de Baterias, Lda

## **Critérios de Referência para Selecção de Pontos de Recolha**

**DISTRIBUIDORES**  
(Pontos de Recolha Locais)



## **NOMENCLATURA**

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
GVB	GVB, Gestão e Valorização de Baterias, Lda.
LER	Lista Europeia de Resíduos
OGR	Operador de Gestão de Resíduos
PRL	Ponto de Recolha Local
PRR	Ponto de Recolha Regional
RBA	Resíduos de baterias e acumuladores
SI-Bat	Sistema de Informação da GVB
SIGRAB	Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Baterias e Acumuladores Industriais e de Baterias e Acumuladores para Veículos Automóveis
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente

## DEFINIÇÕES

Bateria ou acumulador industriais	Bateria ou acumulador concebidos exclusivamente para fins industriais ou profissionais ou utilizados em qualquer tipo de veículos eléctricos, designadamente, os utilizados como fonte de energia de emergência ou de reserva nos hospitais, aeroportos ou escritórios, os concebidos exclusivamente para terminais de pagamento portáteis em lojas e restaurantes e para leitores de código de barras em lojas, os utilizados em instrumentação ou em diversos tipos de aparelhos de medição, os utilizados em ligação com aplicações de energias renováveis como os painéis solares e os utilizados em veículos eléctricos, como por exemplo, carros, cadeiras de rodas, bicicletas, veículos utilizados nos aeroportos e veículos automáticos de transporte.
Bateria ou acumulador para veículos automóveis	Bateria ou acumulador utilizados para fornecer energia ao motor de arranque, para as luzes ou para a ignição.
Detentor (de baterias e acumuladores usados)	A pessoa singular ou colectiva de cuja actividade resultem baterias e acumuladores usados, ou que tenha baterias e acumuladores usados, pelo menos, na sua simples detenção, nos termos da legislação civil.
Distribuidor	Qualquer pessoa singular ou colectiva que, no âmbito da sua actividade profissional, forneça pilhas e acumuladores a um utilizador final.
Operador (de gestão de baterias e acumuladores usados)	A pessoa singular ou colectiva que executa uma ou mais operações de gestão (recolha, transporte, armazenagem, triagem e reciclagem) de baterias e acumuladores usados.
Operadores económicos	Quaisquer produtores, distribuidores ou operadores de gestão de resíduos.
Pilha ou acumulador	Qualquer fonte de energia eléctrica obtida por transformação directa de energia química, constituída por uma ou mais células primárias, não recarregáveis ou por um ou mais elementos secundários, recarregáveis.
Reciclagem	Operação de gestão de resíduos prevista na alínea s), do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, i.e., o reprocessamento de resíduos com vista à recuperação e ou regeneração das suas matérias constituintes em novos produtos a afectar ao fim original ou a fim distinto.
Recolha/transporte	O conjunto de operações que permitam transferir as baterias e acumuladores usados dos detentores para operadores licenciados para a sua gestão.
Resíduo de pilha e ou acumulador	Uma pilha ou acumulador que constitua um resíduo na acepção da alínea u), do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, i.e., qualquer substância ou objecto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos.
Tratamento	Qualquer actividade efectuada depois de os resíduos de pilhas e acumuladores terem sido entregues a uma instalação para fins de triagem, de preparação para a reciclagem ou de preparação para a eliminação.

## **1. INTRODUÇÃO**

A GVB – Gestão e Valorização de Baterias, Lda. é uma sociedade por quotas, com o capital social de 50.000,00 €, dividido em 3 quotas, distribuídas da seguinte forma: EXIDE Technologies, Lda. - 30.000,00 €, representando 60% do capital social; ANECRA (Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel) - 10.000,00 €, representando 20% do capital social; ANAREPRE (Associação Nacional dos Recuperadores de Produtos Recicláveis) - 10.000,00 €, representando 20% do capital social.

A GVB não distribuirá lucros aos sócios, devendo os resultados líquidos ser reinvestidos e/ou aprovisionados para actividades compreendidas no objecto da sociedade.

A GVB está licenciada, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, para exercer a actividade de gestão de resíduos de baterias e acumuladores industriais e para veículos automóveis em todo o território nacional, de acordo com o seguinte conjunto de Despachos:

- Portugal Continental – Despacho n.º 5186/2010, de 23 de Março, do Secretário de Estado do Ambiente
- Região Autónoma da Madeira – Despacho n.º 23/2010, de 26 de Maio, do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais
- Região Autónoma dos Açores – Despacho n.º 627/2010, de 21 de Junho, do Secretário Regional do Ambiente e do Mar

## **2. REDE NACIONAL DE RECOLHA**

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, estabelecem que os utilizadores finais estão obrigados a proceder à entrega dos resíduos de baterias e acumuladores (RBA) que possuam e que os Distribuidores de baterias e acumuladores estão obrigados a aceitar a devolução dos respectivos resíduos.

De modo a otimizar a logística da recolha, armazenagem e transporte para reciclagem dos RBA, a Rede de Pontos de Recolha Selectiva da GVB (Rede de Pontos de Recolha da GVB ou simplesmente “Rede GVB”) será constituída por Distribuidores e Operadores de Gestão de Resíduos. Os primeiros serão designados por “Ponto de Recolha Local” (PRL) e os segundos por “Ponto de Recolha Regional” (PRR).

Ambos – PRL e PRR – terão os meios e os conhecimentos para receber resíduos de utilizadores finais e de procederem a uma primeira triagem, mas apenas os segundos – PRR – estão vocacionados para receber resíduos de baterias e acumuladores de PRL.

No que respeita ao encaminhamento de RBA, de uma forma geral, os PRL utilizarão como destino final os PRR e só ocasionalmente os operadores de reciclagem, enquanto que os PRR, após triagem final e reembalamento, utilizarão sempre como destino final os operadores de reciclagem.

## **3. REQUISITOS PARA DISTRIBUIDORES OU PONTOS DE RECOLHA LOCAIS**

O requisito prévio essencial para que um Distribuidor possa integrar a rede nacional de Pontos de Recolha geridos pela GVB, na qualidade de PRL, é a posse de um estabelecimento comercial de venda de baterias e acumuladores industriais e/ou para veículos automóveis, tal como previsto no número 5.7.1 do Apêndice C da Licença da GVB.

Os PRL deverão reservar um local arejado para colocação de pelo menos um recipiente estanque, em material com uma composição que não reaja com os componentes dos resíduos de baterias e acumuladores e com uma capacidade máxima de 1 m<sup>3</sup>, onde serão armazenadas as baterias com o líquido no seu interior, em posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima.

No capítulo da segurança, deverão usar óculos e luvas de protecção, respeitar a interdição de fumar e foguear nas imediações do(s) recipiente(s) durante o manuseamento dos RBA e dispor de um extintor na proximidade desse local.

No capítulo da gestão administrativa, deverão possuir os meios informáticos, incluindo acesso à internet, no estabelecimento onde se situa o PRL, que permitam o acesso ao sistema de informação da GVB (SI-Bat) e ao SIRAPA.

Assim, a GVB impõe que o Distribuidor candidato cumpra os seguintes requisitos:

- Ter uma capacidade mínima de armazenagem de 1 tonelada de RBA;
- Possuir os meios informáticos, incluindo acesso à internet, no estabelecimento onde se situa o PRL, que permitam o acesso ao sistema de informação da GVB (SI-Bat) e ao SIRAPA;
- Aceitar auditorias ao PRL pela GVB ou por entidade em quem a GVB delegar;
- Não estar em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem ter o respectivo processo pendente;
- Não ter sido ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não terem sido condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- Não ter sido ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não terem sido objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- Ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- Ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- Não ter sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- Não ter sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- Possuir seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho;
- Não ter sido objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- Não ter sido ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não terem sido condenados por alguns dos seguintes crimes:
  - i)** Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii)** Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii)** Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv)** Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

No processo de candidatura, o Distribuidor deverá apresentar Declaração nos termos do Anexo ao presente documento para efeitos de prova dos requisitos supra mencionados.

Sem prejuízo do mencionado no parágrafo anterior, o candidato obriga-se, nos termos fixados no n.º 8 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a apresentar os documentos comprovativos de qualquer dos requisitos mencionados e exigidos na Tabela 1.

Requisito	Carácter	Observações
Estabelecimento comercial devidamente licenciado para o efeito, de venda de baterias e acumuladores industriais e/ou para veículos automóveis	Obrigatório	Licença emitida pela entidade competente
Instalações adequadas	Obrigatório	Local arejado para colocação de pelo menos um recipiente estanque, em material com uma composição que não reaja com os componentes dos resíduos de baterias e acumuladores e com uma capacidade máxima de 1 m <sup>3</sup> , onde serão armazenadas as baterias com o líquido no seu interior, em posição vertical, com aberturas fechadas e voltadas para cima. Existência de extintor.
Capacidade mínima de armazenamento	1 t	
Meios informáticos	Obrigatório	
Aceitação de auditorias pela GVB	Obrigatório	
Seguros	Obrigatório	Responsabilidade civil e acidentes de trabalho

**Tabela 1** - Requisitos para PRL

## **ANEXO**

### **DECLARAÇÃO**

**1** - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (\_\_\_), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada

- a) Tem uma capacidade mínima de armazenagem de 1 tonelada de RBA;
- b) Possui os meios informáticos, incluindo acesso à internet, no estabelecimento onde se situa o PRL, que permitem o acesso ao sistema de informação da GVB e ao SIRAPA;
- c) Aceita a realização de auditorias ao PRL pela GVB ou por entidade em quem a GVB delegar;
- d) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- e) Não foi ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- f) Não foi ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- g) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- h) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- i) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos;
- j) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
- k) Possui seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho;
- l) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- m) Não foi ou os seus titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
  - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

**2** - O declarante declara ainda, sob compromisso de honra, que tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**3** - Quando a GVB o solicitar, o candidato obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas no n.º 1 desta declaração, no prazo de 8 (oito) dias a contar de notificação escrita para o efeito.

**4 -** O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do procedimento e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[local], [data], [assinatura].



[www.gvb.pt](http://www.gvb.pt)

**T** + 351 263 279 640  
**F** + 351 263 279 649

Av. Dr. Carlos Leal  
2600-729 Castanheira do Ribatejo